

## **INAUGURAÇÃO DA 2.ª FASE DA OBRA DE BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO RURAL LONGITUDINAL NORTE, NO CONCELHO DAS VELAS, EM S. JORGE**

**Velas, 23 de janeiro de 2019**

### ***Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro***

É sempre com satisfação que estou presente nestas situações em que damos por concluído um investimento e esse investimento entra ao serviço daqueles que pretende servir.

Neste caso concreto, estamos a falar de um investimento, no âmbito das acessibilidades agrícolas e caminhos, que se insere numa estratégia regional de reforço das condições para os nossos agricultores poderem exercer a sua atividade de forma competitiva, com as repercussões que entendemos que isso pode e deve ter ao nível do seu rendimento.

Neste caso em concreto, se juntarmos a primeira à segunda fase desta obra, estamos a falar de um investimento público que chega quase a 900 mil euros, numa extensão global de 6,6 quilómetros, e que beneficia na sua globalidade mais de duas dezenas de explorações agrícolas.

Ainda durante esta visita estatutária e no prosseguimento da concretização desta estratégia, será assinado o contrato de empreitada de construção e beneficiação do Caminho Agrícola do Pau-Pique, no Perímetro de Ordenamento Agrário da Ribeira Seca, no Norte Pequeno, num investimento superior a meio milhão de euros, e também, embora não na visita estatutária, uma vez que o processo está a decorrer, pretendemos avançar com a obra de beneficiação do caminho Ponta - Sete Fontes, a que se seguirá a intervenção no caminho Cancelas - Farol.

Com estes investimentos no acesso a explorações agrícolas aquilo que estamos a fazer é a concretização do objetivo do Governo dos Açores de dar expressão prática a uma parceria que tem sido estabelecida com a Associação Agrícola de São Jorge na análise das prioridades de intervenção e numa conjugação de vontades que, acreditamos, também tem dado frutos em benefício dos agricultores desta ilha.

Estes investimentos em caminhos não esgotam aquilo que estamos a fazer quer em São Jorge, quer a nível regional. Aliás, esta intervenção tem um enquadramento mais global a nível regional e, para termos uma ideia daquilo que estamos a falar, basta referir que, só no último ano, mais de 40 quilómetros de caminhos rurais e agrícolas foram pavimentados na nossa Região com o objetivo de dar melhores condições aos agricultores.

Prevemos investir cerca de 11 milhões de euros em infraestruturas agrícolas, dos quais reservamos cerca de 30% para investimentos na área da captação e armazenamento de água, reforçando a capacidade da Região numa área sensível, conforme o ano passado demonstrou de forma muito evidente, e traduzindo também uma atenção redobrada das entidades públicas e privadas em relação a essas problemáticas.

Na componente das infraestruturas agrícolas, estamos a falar, no caso do ano de 2019, de um montante financeiro de mais 9% investido nessas áreas, em relação àquilo que estava previsto em 2018, e que permitirá uma intervenção em cerca de 70 quilómetros de caminhos, eletrificar mais de 40 salas de ordenha e construir perto de 30 quilómetros de rede de abastecimento de água às explorações agrícolas.

Mas eu gostava que não ficássemos apenas pela referência àquilo que se traduz nesta atividade do Governo e àquilo que tem a ver com os investimentos que são realizados.

Gostava de aproveitar esta oportunidade para salientar dois aspetos que me parecem fundamentais em todo este processo.

O primeiro é que este é um trabalho que o Governo está a fazer, mas é um trabalho que, por si só, não alcança todo o potencial que pode existir em benefício dos nossos agricultores.

Este trabalho que está a ser desenvolvido é um trabalho que implica também uma responsabilidade de outros intervenientes, dos próprios agricultores, naturalmente, quanto à utilização, ao cuidar e à resposta em relação a esta aposta que está a ser feita na concretização de um conjunto de investimentos para benefício da competitividade das explorações e isso não se prende apenas a uma correta utilização das redes de água ou dos caminhos, ou das próprias redes elétricas.

Tem a ver também com a consciência de que há outros fatores que entram aqui e com a resposta que se dá, por exemplo, ao nível da produção de leite, ao nível daquilo que é um esforço que se faz no sentido de garantir que o terceiro elemento desta equação – as indústrias de laticínios – tenham também matéria-prima para trabalhar.

Porque este esforço de investimento do Governo dos Açores não se destina, pura e simplesmente, a despender dinheiro, não se destina apenas a gastar dinheiro.

Visa um objetivo que só é alcançado se, da parte da produção e da parte da indústria, também houver uma resposta no sentido de dizer: “muito bem, vamos dar utilização a isto, vamos fazer com que este investimento – que, é certo, tem uma parte participada por fundos comunitários, mas também tem uma parte que tem a ver com os impostos pagos por cada Açoriano - resulte em benefício da competitividade das explorações e do rendimento dos agricultores e, no fundo, da força de todo este setor tão importante na nossa economia, como é o setor agropecuário”.

O outro elemento de que gostaria de vos falar tem a ver com uma ideia de parceria que se estabelece e que, nesta componente, tem de ser uma ideia cada vez mais reforçada.

Não é possível - tenho dito em diversas circunstâncias e gostaria de referi-lo novamente aqui – encarmos a competitividade, o desenvolvimento, o sucesso do setor agropecuário na nossa Região se entendermos que cada um se consegue safar por si.

A produção não consegue sem uma articulação com a indústria e com a comercialização, nem muito menos a indústria consegue vingar e vencer se não fortalecer as parcerias que tem com a produção.

São Jorge é um bom exemplo disso, até pela própria natureza do seu tecido industrial e transformador, uma vez que se trata, fundamentalmente, de cooperativas.

Esta parceria que se tem estabelecido salienta a necessidade de haver estas três componentes num entendimento global, pese embora os interesses de cada um, pese embora as legítimas expectativas de cada um, mas ter a consciência de que só é possível o sucesso do setor agropecuário na nossa Região se houver cada vez mais o reforço da concertação, o reforço das parcerias entre produção, transformação, indústria e comercialização.

Isso é essencial para que todo o setor, para que todos possam beneficiar.

É também dentro desse espírito de parceria que temos feito um esforço no sentido de, na aplicação e na determinação das regras que regem um conjunto de aspetos (um exemplo concreto é o POSEI), das regras que regem o relacionamento com este setor, podermos sempre ter em conta aquilo que são as perspetivas das organizações de produtores, aquilo que são as perspetivas da Federação Agrícola.

Um exemplo concreto é aquilo que acontecerá amanhã com a entrada em vigor das novas regras do POSEI para 2019, que resultam exatamente desse trabalho de parceria entre instituições, que, para nós, é particularmente relevante.

Por último, e a concluir, este não é o caminho do Governo, da mesma forma que as redes de água não são as redes de água do Governo ou da Câmara Municipal - mas isso já nos levava para outra discussão completamente diferente - nem as redes elétricas são as redes elétricas do Governo Regional.

São vossas. São dos agricultores e, portanto, cuidar delas como um património que nos serve, que nos ajuda a desenvolver a nossa atividade é talvez um dos mais importantes contributos que todos podemos dar, neste caso concreto, para que este setor tenha cada vez mais condições fortalecidas de prover ao rendimento daqueles que se dedicam a ele e, no fundo, contribuir também para o desenvolvimento da nossa Região.

Muito obrigado pela vossa atenção e um bom dia.